

SEMINÁRIO

DCV0518 - Direito Agroambiental

POLÍTICA NACIONAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E POLÍTICA ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – ACORDO AMBIENTAL SP – CÂMARA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Professora: Patrícia Iglecias

Monitores: Vanessa Ferrari

Tiago Trentinella

CASO PRÁTICO

A República Federativa do Plazil é um imenso país tropical que possui a natureza mais exuberante do mundo. Signatário do Acordo de Paris, o governo do Plazil definiu para si a seguinte meta: reduzir suas emissões de gases de efeito estufa oriundos de desmatamento florestal. O mundo e os plazoleiros aplaudiram. Afinal, as florestas plazoleiras, incluindo a famosa Arizônia, são exuberantes, atraindo turistas de todo o mundo.

No entanto, nos últimos anos, a conservação da Arizônia tem sido ameaçada por constantes queimadas cujas origens são incertas. Como essa situação impede o cumprimento da meta plazoleira de redução de emissões, os demais signatários do Acordo pressionam o presidente do Plazil, Emir Brontossauro, para que adote medidas para cessar as chamas. Ameaçam, inclusive, impor sanções internacionais ao país.

Instado a agir, o Ministro do Meio Ambiente, Reinaldo Malles, saiu em defesa do governo. Afirmou que a comunidade internacional não tem qualquer legitimidade para cobrar o cumprimento da meta de redução de emissões uma vez que não tem provido ao Plazil os fundos prometidos no Acordo de Paris.

Em vista de toda situação relatada, a ONG ambientalista HELENÃO ajuizou ação civil pública contra a República Federativa do Plazil. O objetivo da ACP é forçar o governo federal a adotar as medidas necessárias para a imediata extinção das queimadas na Arizônia e, por conseguinte, reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

DISCUSSÃO

Responda às questões abaixo considerando o caso prático acima e os textos de referência anexos.

SEMINÁRIO

DCV0518 - Direito Agroambiental

-
- 1) No âmbito internacional, quais seriam as possíveis consequências, jurídicas ou não, do descumprimento da meta plazoleira do Acordo de Paris.
 - 2) Quais fundamentos jurídicos balizariam a ACP da ONG HELENÃO?

OBSERVAÇÃO: considere que o ordenamento jurídico da República Federativa do Plazil é idêntico ao da República Federativa do Brasil